



Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação em Direito
e Políticas Públicas



DISCIPLINAS 2018-1

Disciplina	Professores(as)	Linha de Pesquisa	Dia/Hora	Início das aulas	Sala de Aula
1. Políticas Penais e Prisionais: avaliação de modelos e práticas	Prof. Dr. Pedro Sérgio dos Santos	Linha de Pesquisa 2 - Segurança Pública: Políticas e Efetividade Constitucional	Quinta-feira/ 14h às 18h	15/03/2018	Sala Multiuso PPGDP
2. Tópicos Especiais em Regulação, Controle e Efetividade das Políticas Públicas: Políticas Públicas em prol dos consumidores (hiper)vulneráveis	Prof. Diógenes Faria	Linha de Pesquisa 1 - Regulação, Efetividade e Controle Constitucional das Políticas Públicas	Quinta-feira/ 15:30h às 19:30h	15/03/2018	Sala de Reuniões PPGDP
3. Políticas Públicas: estrutura, regulação e gestão no Estado democrático	Prof. Robert Bonifácio	Linha de Pesquisa 1 - Regulação, Efetividade e Controle Constitucional das Políticas Públicas	Sexta-feira/ 14h às 18h	16/03/2018	Sala Multiuso PPGDP
4. Direito Público Contemporâneo e Efetividade do Constitucionalismo Democrático	Prof. Dr. Saulo Coelho (Professor responsável) Prof. Dr. Arnaldo Bastos (Professor Colaborador) Prof. Dr. Michele Zezza (Professor colaborador)	Núcleo Obrigatório/Comum a todos os Discentes	Sábado/ 9h às 13h	10/03/2018	Sala Multiuso PPGDP



Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação em Direito
e Políticas Públicas



	PPGIDH/UFG)			
--	-------------	--	--	--

EMENTAS

1. Políticas Penais e Prisionais: avaliação de modelos e práticas

Ementa: 1. Políticas de segurança pública e sistema prisional. 2. Estrutura e funcionamento organizacional do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e a execução penal. 3. Gestão, planejamento a administração financeira do Fundo Penitenciário Nacional-FUNPEN. 4. Execução penal e boas práticas prisionais. 5. O sistema penal brasileiro e as práticas internacionais. 6. Estudo de casos em boas práticas prisionais. 7. Avaliação crítica da política prisional brasileira a partir de experiências práticas.

Bibliografia: BATISTA, Nilo, Punidos e mal pagos. Ed. Revan. Rio de Janeiro. 2010 BRAVO Omar A. Las prisiones de la locura, la locura de las prisiones. Editorial Grupo 5. Madrid. 2015 BESTER, Gisela Maria. Cultura da paz, justiça restaurativa e humanismo com vistas ao resgate psíquico da vítima e ao não encarceramento: ainda uma ode à busca da paz social com dignidade - cuidando do antes para evitar o durante e o depois tradicionais. Conciliação: o paradigma da conciliação como forma de solucionar conflitos. 1ed.Curitiba: Instituto Memória Editora & Projetos Culturais, 2013, v. 1, p. 521-569. CASTILHO, E. W. V.. O controle penal nos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional: Lei nº 7.492, de 16.06.86. Belo Horizonte: Del Rey, 1997 CASTILHO, E. W. V.. Cooperação internacional na execução da pena: a transferência de presos. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 71, p. 233-249, 2008 SUTHERLAND Edwin H. Crime do Colarinho branco. Ed. Revan. Rio de Janeiro .2012 YOUNG J. A sociedade excludente. Ed. Revan. Rio de Janeiro. 2015 GOMES ,Geder L.R. , Substituição da prisão: Alternativas Penais, Legitimidade e Adequação.Ed. Jus. São Paulo. 2008 MILNER Jean C. Las inclinaciones criminales de la europa democratica.Manatial Ed.Madrid.2007 SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. Finalidades da pena: conceito material de delito e sistema penal integral. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009 SHECAIRA. Sergio S. Criminologia, Ed, RT, Saã Paulo. 2009 VIGGIANO. Fernando Braga. Criminologia e Política Criminal:aportes críticos sobre o sistema penitenciário feminino.Tese. Doutorameto USP. 2016

2. Tópicos Especiais em Regulação, Controle e Efetividade das Políticas Públicas: Políticas Públicas em prol dos consumidores (hiper)vulneráveis

Ementa: 1. A Defesa do Consumidor como Direito Fundamental; 2. Políticas Públicas nos Direitos dos Consumidores; 2.1 Políticas Públicas e Ações Afirmativas; 3. Políticas Públicas focada nos consumidores (HIPER)vulneráveis; 3.1. A garantia constitucional de proteção dos vulneráveis; 3.2. Da vulnerabilidade do consumidor na Sociedade de Consumo à hipervulnerabilidade; 3.3 Do consumidor idoso - o perfil do idoso brasileiro face às Políticas Públicas; 3.4 Da vulnerabilidade do consumidor turista; 3.5 Da vulnerabilidade da criança consumidora; 3.5 Da vulnerabilidade dos consumidores com deficiência - Diálogos do Código de Defesa do Consumidor com o Estatuto da Pessoa com Deficiência; 3.5 Da vulnerabilidade dos consumidores analfabetos; 3.5 Da vulnerabilidade dos consumidores (super)endividados.



Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação em Direito
e Políticas Públicas



Bibliografia: BARBOSA, L. Sociedade de consumo. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2010. BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Trad. Mauri Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. _____. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. _____. Vida a crédito: conversas com Citali Rovirosa-Madrado. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010a. _____. Mundo-consumo: ética del indivíduo em la aldea global. Trad. Albino Santos Mosquera. Buenos Aires: Paidós, 2010b. _____. A ética é possível num mundo de consumidores? Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011a. _____. Relação de consumo e aplicação do Código de Defesa do Consumidor. 2ª ed. São Paulo: RT, 2009. CANARIS, C. W. Direitos fundamentais e direito privado. Trad. Ingo Wolfgang Sarlet e Paulo Mota Pinto. Coimbra: Almedina, 2006...

3. Políticas Públicas: estrutura, regulação e gestão no Estado democrático

Ementa: 1. Introdução aos conceitos do campo teórico-prático das políticas públicas; 2. Atributos das políticas públicas; 3. Ciclo de políticas públicas: agendamento, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação; 4. Políticas Públicas no Brasil: características, federalismo, instâncias deliberativas, modelos de gerenciamento; 5. Regulação e institucionalização das políticas públicas: análises críticas a partir de casos selecionados; 6. Gestão, avaliação e controle democrático das políticas públicas: seminários e intercâmbios dialogados a partir das diferentes experiências e vivências profissionais dos partícipes da disciplina, bem como das diferentes políticas públicas enfrentadas nos respectivos projetos de pesquisa.

Bibliografia: COSTA, Valeriano. Federalismo. In: CINTRA, Antônio Octávio; AVELAR, Lúcia (org). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro/ São Paulo: Konrad- Adeneuer-Stiftung/ Editora Unesp, 2007. SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, no 16, 2006. ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em Perspectiva, v. 18, no 2, 2004. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O Estado no Brasil contemporâneo: um passeio pela história. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcántara (org). A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Recentralizando a federação? Revista de Sociologia e Política, v. 24, 2005. PINTO, Isabela. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. Revista Políticas Públicas, v. 12, no 1, 2008.

4. Direito Público Contemporâneo e Efetividade do Constitucionalismo Democrático

Ementa: 1. Constitucionalismo e Contemporaneidade: o sentido, os desafios e os paradoxos do constitucionalismo no Século XXI. 2. Transformações no Direito Público Contemporâneo: análise crítica das transformações na comparação entre o discurso e a práxis do Direito Público atual. 3. Hermenêutica constitucional, Giro Hermenêutico e Efetividade: percepção de problemas hermenêuticos em experiências de regulação de Políticas Públicas. 4. Estado democrático de Direito, Novo Constitucionalismo, e inovações atuais nas políticas públicas de efetivação de Direitos Fundamentais. 5. Compreensão constitucional das políticas públicas como instrumento de efetividade constitucional. 6. Estudos dirigidos em constitucionalidade e políticas públicas: questões e dilemas constitucionais em debate. 7. Análise de casos em constitucionalidade e políticas públicas: jurisdição constitucional em debate. 8. Diálogos profissionais em políticas públicas: a realidade do Direito Público em debate.



Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação em Direito
e Políticas Públicas



Bibliografia: ALEXY, Robert. Teoría de los Derechos Fundamentales. Trad. Ernesto Farzón Valdés, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993. BARROSO, Luís Roberto. O Direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010. CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999. DWORKIN, Ronald. Los derechos en serio. Trad. Maria Guastavino. Barcelona: Ariel, 1995. HABERMAS, Jürgen. Fatti e Norme: Contributi a una teoria discorsiva del diritto e della democrazia, Trad. di Leonardo Ceppa, Ed. Guerini e Associati, Milano, 1996. MORAIS, José Luis Bolzan de. As crises do Estado e da Constituição e a transformação espaço-temporal dos direitos humanos. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. MÜLLER, Friedrich. Discours de la méthode juridique. Trad. Olivier Jouanjan. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. NEVES, Marcelo. Transconstitucionalismo. 2ª Tiragem, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. Princípios constitucionais da administração pública. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. STRECK, Lênio Luiz. Jurisdição constitucional e hermenêutica: uma nova crítica do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. ZAGREBELSKY, Gustavo. La giustizia costituzionale. Bologna: Società editrice il Mulino, 1988.